

## OS SENTIDOS DA MODERNIDADE

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*: de Coleridge a Orwell. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Ugo Rivetti\*

*Cultura e sociedade* (1958) foi concebido como um acerto de contas<sup>1</sup>. Tratava-se, para Raymond Williams, de se contrapor à interpretação do processo histórico então em curso como uma ameaça aos “valores da cultura” levada à cabo por aquela que era então a principal corrente intelectual da cultura inglesa – à qual estavam filiados algumas das grandes influências de sua geração, entre os quais T. S. Eliot e F. R. Leavis –, e que se reivindicava herdeira da grande tradição “romântico-humanista” inglesa do século XIX<sup>2</sup>. Interessado em refutar essa interpretação da cultura e do presente histórico – para ele, conservadora, reacionária e antidemocrática –, Williams rejeita a compreensão dessa longa linhagem do pensamento social inglês como tradição literária na qual estariam conservados os verdadeiros valores humanos e, a partir daí, procura reavaliá-la e redefini-la enquanto tradição de crítica da sociedade industrial. Com isso, Williams pretende revelar como a ideia de cultura que emerge ao longo da história dessa tradição está necessariamente relacionada aos desenvolvimentos sociais e históricos mais gerais nos quais a própria tradição estava inscrita.

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista da FAPESP. E-mail: ugo.rivetti@usp.br.

<sup>1</sup> Cf. WILLIAMS, 1981, p. 98.

<sup>2</sup> Cf. EAGLETON, 1991, p. 102.

Em outras palavras, tratava-se de demonstrar o enraizamento social da ideia de cultura, da tradição do pensamento inglês do século XIX e, por conseguinte, da própria corrente conservadora então dominante.

Para tanto, Williams assume como ponto de partida de seu argumento o fato de a própria noção de cultura nascer na Inglaterra no bojo de um processo histórico e social real: a Revolução Industrial. Partindo da constatação desse fato, Williams formula aquela que é a hipótese que orienta toda a análise do livro: a noção moderna de cultura nasce com a Revolução Industrial, porque ela é uma *reação geral à mudança geral* engendrada por aquele processo, no sentido de que as reflexões sobre a ideia de cultura sempre estiveram comprometidas com uma “avaliação qualitativa total”. Por conseguinte, a história da ideia de cultura (e dos seus usos) constituiria um momento chave na explicação da experiência histórica inglesa inaugurada no final do século XVIII e do pensamento social que a acompanhou. Como assinala Williams,

A história da ideia de cultura é um registro de nossas reações, em pensamento e em sentimento, às mudanças nas condições de nossa vida em comum. Nosso significado de cultura é uma reação aos eventos que nossos significados de indústria e democracia definem com extrema clareza. Mas as condições foram criadas e depois modificadas pelos homens. O registro dos eventos encontra-se em alguma outra parte, em nossa história geral. A história da ideia de cultura é um registro de nossos significados e nossas definições, mas essas, por sua vez, só podem ser compreendidas no contexto de nossas ações (WILLIAMS, 2011, p. 321).

Assim, a refutação daquela corrente deveria se dar de um modo positivo, qual seja: por meio da retomada dos dois elementos que marcaram a gênese e o desenvolvimento da ideia moderna de cultura. De um lado, a experiência histórico-social de longa duração inaugurada pela Revolução Industrial e que se estende

até o presente; de outro, a tradição do pensamento social inglês formada pelos escritos de “homens e mulheres específicos” que, com vistas a dar sentido à sua experiência, procuraram responder às transformações sociais mais gerais que tiveram lugar nesse contexto histórico extraordinário. Por essa razão, a estrutura do livro acompanha os principais momentos dessa história bifronte, ainda que nunca desvinculando-os: da experiência social moderna e da tradição (moderna) do pensamento social que refletiu sobre ela. Ao final desse duplo empreendimento, Williams pretende oferecer uma visada mais bem acabada da “mudança geral nas nossas maneiras características de pensar sobre a nossa vida em comum” (WILLIAMS, 2011, p. 15).

A primeira fase dessa história, tendo início no final do século XVIII e se estendendo até a segunda metade do século XIX, foi dominada pelo esforço de oferecer uma reação às “novas forças do industrialismo e da democracia”. Mas no interior mesmo desse período produziu-se uma diferença importante. Pois no final do século XVIII (entre os membros da “primeira geração industrial”) e sob as pressões produzidas pelo embate violento entre tendências sociais contrárias (do qual a Revolução Francesa talvez seja o melhor exemplo) essa reação geral se deu na forma da celebração da “sociedade orgânica” do passado e da rejeição da nova sociedade industrial. Já na tradição propriamente dita do século XIX – inaugurada pela geração romântica – tratava-se não mais de contrapor duas formas distintas de organização social, mas (tendo em vista um avanço, que parecia irreversível, do industrialismo), de pensar em que medida a cultura poderia se constituir no último reduto contra o “desenvolvimento da sociedade na direção de uma civilização industrial” (WILLIAMS, 2011, p. 60). Em outras palavras, impunha-se aos homens daquela época pensar a cultura em sua relação com uma sociedade cujo desenvolvimento parecia apontar inelutavelmente para o industrialismo – que, de fato, caminhava a passos largos naquele momento. Por isso, a tradição que se formou nesse momento não consistia apenas em uma tradição do pensamento social, mas, sobretudo, em uma “tradição de escritos sobre cultura e sociedade”.

Foi nesse novo contexto – não mais de embate entre dois mundos, mas de avanço e consolidação da nova sociedade industrial – que se conformou a ideia de cultura que viria a prevalecer na tradição do século XIX. Surgindo com os românticos ingleses (Blake, Wordsworth, Shelley e Keats) e atingindo a sua forma mais acabada com Coleridge, Carlyle e Arnold, estabeleceu-se a ideia da cultura como “corpo positivo de realizações e hábitos, precisamente para expressar um modo de vida superior àquele trazido pelo ‘progresso da civilização’” (WILLIAMS, 2011, p. 280). Essa ideia de cultura, portanto, adquire sentido quando inscrita na oposição dicotômica entre civilização e cultivo, entre o “progresso normal da sociedade” e o “desenvolvimento harmonioso daquelas qualidades e faculdades que caracterizam nossa humanidade” (COLERIDGE, 1837 apud WILLIAMS, 2011, p. 87). Contra um desenvolvimento presidido por valores mecânicos e artificiais, impunha-se defender os valores orgânicos e verdadeiros, tidos como os valores necessários à arte. À medida que o avanço do industrialismo e do mecanicismo se apresentava sempre mais irremediável, impactando não apenas as “instituições manufatureiras e produtivas”, mas também os modos de agir, sentir e pensar dos homens, estabelecia-se como princípio (outro traço marcante dessa tradição) que a defesa desses valores (orgânicos, verdadeiros) somente poderia ser empreendida por uma minoria “sumamente educada e responsável, interessada em definir e enfatizar os valores mais altos que a sociedade tem em vista” (WILLIAMS, 2011, p. 109). Portanto, a reflexão baseada em uma oposição dicotômica se mantinha, mas os termos da oposição agora eram outros: oposição não mais entre o mundo tradicional e o moderno, mas entre os valores superiores da cultura e o progresso ordinário da civilização.

Essa articulação – vale destacar, real, – entre o desenvolvimento histórico-social e a história da tradição e da ideia de cultura também está presente no final desse primeiro período. Pois, se ao longo do século XIX impunha-se responder aos “efeitos sociais do industrialismo pleno”, a segunda metade do século é marcada por um fenômeno novo: a entrada em cena de

um novo ator social: a classe trabalhadora organizada. Williams argumenta que a tradição do século XIX atinge aqui o seu esgotamento, pois não fazia mais sentido entender a cultura como um “estado habitual de perfeição da mente” a ser encampado por uma “aristocracia estabelecida” em um contexto marcado pela emergência da classe trabalhadora organizada, assim como pela democratização da educação (com a Lei de Educação de 1870) e pela ampliação do público leitor de classe média. Daí em diante, a formulação de um conceito adequado de cultura dependeria da consideração dessa “força social real e crescente” e da sua articulação aos “valores gerais legados pela tradição”.

Apesar dos esforços de um pensador como William Morris nesse sentido, esforço que é reconhecido e valorizado por Williams, para quem Morris foi “figura central da tradição”, o que se deu ao longo das primeiras décadas do século XX (e é isso o que a interpretação de Williams procura destacar) foi o crescente afastamento entre esses dois polos, o que se refletiu em uma ideia de cultura cada vez mais abstrata porque desvinculada da sociedade de sua própria época. Esse é um padrão que se revela claramente no “interregno” entre o primeiro período do século XIX e aquele do século XX, quando prevalece “uma divisão em frentes mais estreitas, caracterizadas por um especialismo particular nas atitudes com relação à arte e, no campo geral, por uma preocupação com a política direta” (WILLIAMS, 2011, p. 323). E que se faz ainda mais presente no século XX.

Porém, enquanto os escritos do “interregno” consistiram tão somente na reiteração da atitude da tradição inaugurada pelos românticos, o século XX presenciou a emergência de uma nova doutrina – cujos principais representantes (D. H. Lawrence, T. S. Eliot, I. A. Richards e F. R. Leavis) eram justamente os interlocutores que Williams tinha em vista. E isso porque esses escritos não estavam mais voltados agora apenas para os problemas herdados da tradição do século XIX, mas também, e sobretudo, para os problemas novos surgidos em um contexto marcado pelo “desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e o

crescimento geral das organizações de grande escala” (WILLIAMS, 2011, p. 323). De certo modo, o argumento de Williams é de que (para além de todas as suas limitações) foi apenas com esses teóricos do século XX que o vínculo entre a reflexão sobre a ideia de cultura e a experiência histórico-social se refez – residindo nisso a sua importância.

Assim, havia de fato a conservação do tom da crítica do século XIX – a “condenação geral do industrialismo como uma atitude mental” – e a denúncia tanto de seu efeito mental (a sujeição da alma humana à mecanização) como de seu efeito social, qual seja, a integração entre os homens não mais presidida por uma “coerência homogênea e espontânea”, mas por uma “harmonia mecânica comum”. Mantinha-se, portanto, a antiga dicotomia entre a sociedade industrial e a comunidade orgânica, atribuindo-se à cultura, em meio a esse embate, o estatuto de um “corpo positivo de realizações e hábitos” (WILLIAMS, 2011, p. 280).

Mas esses mesmos teóricos do século XX se defrontavam com uma realidade nova, cujos desenvolvimentos podem ser interpretados, segundo Williams, na chave do surgimento de aglomerações: aglomeração física de pessoas nas cidades; aglomeração de operários nas fábricas; “aglomeração social e política” dos trabalhadores organizados. Confrontados com essa nova realidade, os pensadores do século XX reagiram, segundo Williams, não apenas de modo conservador, mas antidemocrático. Reconhecendo nessas aglomerações não tanto um novo ator social – a classe trabalhadora –, mas uma sobrevivência das características da turba (“ingenuidade, volubilidade, preconceito de rebanho, vulgaridade de gosto e hábitos”), ou seja, a massa, tomada por essa corrente como uma “ameaça perpétua à cultura” e ao “pensamento e sentimento individuais”. Ora, na medida em que as “massas” são, na prática – argumenta Williams – os trabalhadores, o que os críticos da massa – e também da “democracia de massa” e da “comunicação de massa” – têm em vista não é apenas a vulgaridade ou ingenuidade da turba, mas, sobretudo, a “intenção

declarada dos trabalhadores de alterar a sociedade, em muitos de seus aspectos, de maneiras que são profundamente desaprovadas por aqueles que, anteriormente, eram os únicos a ter privilégios” (WILLIAMS, 2011, pp. 324-5). Nesse sentido, a crítica de Williams é implacável: o que as teorias de Eliot e Leavis propõem não é apenas um questionamento da democracia de massa, mas um questionamento da própria democracia.

Em contraponto a essa perspectiva conservadora, Williams propõe uma abordagem alternativa, expressamente apoiada em um referencial marxista. Para tanto, recusa os dois modelos de incorporação da teoria marxista que mais prosperaram no cenário inglês da década de 1930: tanto o “materialismo mecânico”, que supõe uma “correlação arbitrária” entre a estrutura econômica e a cultura, como a incorporação que supunha uma separação entre a cultura e a organização social em dois níveis distintos (no que Williams reconhecia uma forte inspiração romântica). Tratava-se, ao contrário, de recuperar o reconhecimento, segundo ele, já presente em Marx, da complexidade e especificidade da esfera das práticas sociais designada pelo termo “superestrutura”, e, com base nisso, de sustentar a tese de que tanto as artes como as atividades econômicas integram uma mesma totalidade social, de modo que, quando do estudo da cultura, a referência última não deve ser a estrutura econômica, mas o “modo de vida como um todo”, o “processo social geral”, o qual determina tanto a cultura como a estrutura econômica. Fixada nesse processo, a cultura aparece não mais como repositório de valores, mas como “todo um modo de vida”. E ela deve ser assim compreendida, pois somente assim ela será entendida não como um “produto especializado” ou como uma esfera subordinada a uma base mais fundamental, mas como um sistema que tem de ser “considerado e avaliado em sua totalidade”. Daí, segundo Williams, a insuficiência da perspectiva conservadora de Eliot e Leavis. Pois, quando se foca não a suposta degradação dos padrões culturais (no bojo

da “massificação” da sociedade), mas o “processo social geral” inaugurado com a Revolução Industrial, vê-se que o que se deu no passado e que continua em curso no presente não é um processo unilateral de decadência da cultura, mas uma complexa “longa revolução” que, assim como implicou em condições de trabalho e vida mais degradadas, também significou o “crescimento da educação geral” e da democracia.<sup>3</sup>

Assim, se Cultura e sociedade foi concebido originalmente como um acerto de contas, um “trabalho de oposição”, ele surge, ao final e ao cabo, como marco de uma nova perspectiva. Cultura e sociedade pode – e, ao que nos parece, deve – ser lido nesses dois registros. Isto é, não apenas como um acerto de contas, mas – porque acerto de contas bem-sucedido – também como o ponto de partida de uma nova teoria da cultura fundada na superação da divisão entre cultura e sociedade e interessada na ênfase no processo social total que integra essas duas dimensões da vida. Um livro que permanece atual e que merece a atenção do leitor brasileiro.

### **Bibliografia**

EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Politics and Letters: interviews with New Left Review*. London: Verso, 1981.

---

<sup>3</sup> Cf. Williams, 2011, p. 333.